



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRICEMA

CEP 36.525 - 000 - ESTADO DE MINAS GERAIS



PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n  137/2023

Pregão Presencial n  052/2023

EMENTA: EXERCÍCIO DO PODER DE AUTOTUTELA. REVOGA O DA LICITA O. POSSIBILIDADE.

Trata-se de consulta formulada pelo setor de licita o do Município de Guiricema/MG, em virtude da Decisão do e. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, nos autos do processo de n  1.160.911 em que determinou que o Município suspenda o Pregão na fase em que se encontra até o pronunciamento do Tribunal.

Vejamos o dispositivo da decisão:

Ante ao exposto, uma vez presentes a fumaça do bom direito e o perigo da demora, elementos ensejadores da concessão da medida cautelar – fazendo uso da competência prevista no art. 60 da Lei Orgânica, bem como no *caput* e   2  do art. 197 c/c art. 267 do Regimento Interno deste Tribunal – determino, *ad referendum* da Segunda Câmara deste Tribunal, a suspensão liminar do Pregão Eletr nico n. 052/2023, Processo Licitatório n. 137/2023, deflagrado pelo Município de Guiricema, na fase em que se encontra.

Os responsáveis devem se abster de praticar qualquer ato, até pronunciamento deste Tribunal acerca da matéria, inclusive da assinatura do contrato, caso não tenha sido firmado, sob pena de multa diária, nos termos do art. 90 da Lei Orgânica, sem prejuízo da ado o de outras medidas legais cabíveis.

  o que basta relatar. Passamos a opinar.

A autotutela   o poder que a Administra o Pública goza para anular ou revogar seus atos administrativos, quando estes se apresentarem, respectivamente, ilegais ou contrários   conveniência ou   oportunidade administrativa.

Vale destacar que tanto na revoga o quanto na anula o não   necessária a interven o do Poder Judiciário, podendo ambas serem realizadas por meio de outro ato administrativo autoexecut vel.

O Supremo Tribunal Federal há muito tempo consolidou sua jurisprudência no sentido de que a Administra o pública tem o poder de rever os seus próprios atos quando eles se revestem de nulidades



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRICEMA

CEP 36.525 - 000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

quando se tornam inconvenientes e desinteressantes para o interesse público.

Veja:

"A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos". (STF, Súmula nº 346, Sessão Plenária de 13.12.1963).

"A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial". (STF, Súmula nº 473, Sessão Plenária de 03.12.1969)

Em resumo, a autotutela é a emanção do princípio da legalidade, e, como tal, impõe à Administração Pública o dever, e não a mera prerrogativa, de zelar pela regularidade de sua atuação (dever de vigilância), ainda que para tanto não tenha sido provocada.

Nos termos da decisão exarada pelo e. TCE/MG através do Conselheiro Relator, Dr. José Alves Viana, examinaremos a possibilidade jurídica da revogação da licitação em virtude da decisão do Tribunal ter determinado a suspensão do certame até sua decisão definitiva.

A preocupação central é a demora resultante desse procedimento, que pode impactar negativamente na aquisição do bem pela Administração.

Considerando a o registro de preço para aquisição de pneus novos, câmaras e protetores visa atender as demandas do município, a falta destes itens poderá prejudicar serviços essenciais à população, não sendo, portanto, de interesse público a espera de um pronunciamento definitivo do TCE/MG sobre o caminho a ser traçado para a licitação em vigor.

De tal modo que, propõe-se a revogação da licitação para a realização de um novo procedimento, incorporando as exigências do Tribunal no novo edital, acrescentando que apresentação de certificado de Regularidade junto ao IBAMA ser nome do fabricante ou da empresa importadora.

O artigo 49 da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93) estabelece que a Administração pode revogar a licitação por razões de interesse público, mediante justificativa expressa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRICEMA

CEP 36.525 - 000 - ESTADO DE MINAS GERAIS



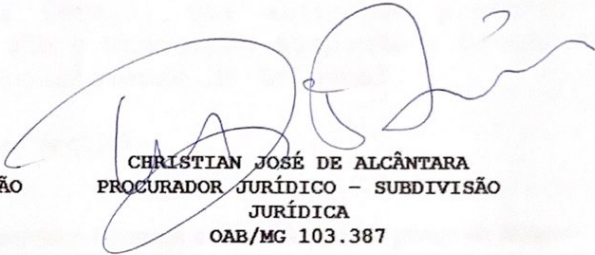
O interesse público na aquisição do bem de forma célere deve ser ponderado, considerando os possíveis prejuízos advindos da demora decorrente do processo de análise da denúncia ofertada ao Tribunal.

Diante da situação apresentada, é possível sustentar a viabilidade jurídica da revogação da licitação em curso, fundamentada no interesse público em adquirir o bem de forma eficiente e célere. A Administração, ao realizar novo procedimento, deve atentar para as exigências do Tribunal de Contas, incorporando-as devidamente no edital, a fim de evitar possíveis questionamentos futuros.

Este parecer é meramente opinativo

É o parecer, S.M.J.

JOSÉ DAVI ERVILHA JÚNIOR
PROCURADOR JURÍDICO - SUBDIVISÃO
ADMINISTRATIVA
OAB/MG 114.299



CHRISTIAN JOSÉ DE ALCÂNTARA
PROCURADOR JURÍDICO - SUBDIVISÃO
JURÍDICA
OAB/MG 103.387